XXIII Seminário de Iniciação Científica
XX Jornada de Pesquisa
XVI Jornada de Extensão
V Mostra de Iniciação Científica Júnior
V Seminário de Inovação e Tecnologia

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SENSÍVEL SOB A CRIANÇA[1]

Janaína Horn[2], Hedi Maria Luft[3], Cláudia Maria Seger[4].

[1] Monografia de Conclusão do Curso em Pedagogia pela UNIJUI
[2] Licenciada em Pedagogia pela UNIJUI, aluna do Curso de Mestrado em Educação nas Ciências– UNIJUI, janaina_horn@hotmail.com
[3] Doutora em Educação pela UNISINOS - São Leopoldo - RS, Professora do Departamento Humanidades e Educação da UNIJUI. E-mail: hedim@terra.com.br
[4] Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUI, professora do Departamento de Humanidades e educação. E-mail: claudiamasc@terra.com.br

A infância é uma das etapas decisivas da vida humana. Desta forma, compreender o significado da infância no contexto da educação infantil, conhecer as diferentes contribuições teóricas dos autores que tratam desta temática, analisando e refletindo as possibilidades de trabalho no contexto da escola de educação infantil (EI) é objetivo deste estudo. Sabemos que a escola de educação infantil deve articular o educar com cuidados e para tal, é preciso que o professor crie oportunidades, nas quais, os alunos possam desenvolver suas habilidades, capacidades enfim, todas as potencialidades. Estimular o processo de formação da criança requer conhecimentos, estudo constante e dedicação. Para identificar esses aspectos, os dados do presente estudo foram coletados através de observações do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam nesta etapa da educação básica. O grupo que observamos atua em uma escola da rede municipal de ensino de Santa Rosa/RS e atende crianças de zero a cinco anos de idade.

De acordo com as novas concepções, o trabalho realizado nas instituições de educação infantil precisa centrar, ou seja, focar a criança como um sujeito que faz parte de um contexto social, histórico, integrante de uma cultura, em que é necessário assegurar-lhe aprendizagem e desenvolvimento, de maneira integral. A legislação, de certo modo, já tem contemplado essa dimensão, porém importa constatar se, no universo do campo empírico isso se materializa, pois as experiências escolares vividas pelas crianças nas escolas de EI certamente trazem consequências em toda a sua vida escolar, sejam elas positivas ou não.

Ao pensar e refletir sobre a história da criança, da infância e da EI, é importante partir das compreensões alusivas à criança e à educação infantil, construídas historicamente e culturalmente. As mudanças ocorridas na consciência social acarretaram a implementação de leis e políticas a fim de promover direitos, colocando a criança na essência do planejamento escolar, bem como proporcionando a centralidade em seu desenvolvimento. Sendo assim, a educação adquire um papel imprescindível ao constituir uma proposta pedagógica de cuidar e de educar evidenciando o desenvolvimento da criança de forma integral.

De acordo com as novas abordagens, é importante compreender a criança como um indivíduo social, um ser capaz, com suas necessidades, individualidades, sua maneira de pensar e de agir.

Neste sentido, a ação da escola ao pautar seu objetivo na criação de possibilidades para que esta criança se desenvolva de forma plena, faz diferença. Para Franco:

Sendo a infância uma construção histórica e social, é impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, pois o processo histórico nos faz perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização. (2002, p.30).

Sendo assim, não é pertinente realizar um trabalho voltado à moldagem e rotulação dos sujeitos infantis, pois a criança não é um sujeito inacabado. Cada uma, na sua singularidade possui uma particularidade de ver o mundo e pensá-lo. Cabe à escola de EI apresentá-lo e oferecer situações de aprendizagem a agir sob ele.

As concepções acerca da infância e da educação infantil, na contemporaneidade, apresentam desafios importantes além de uma necessidade de investigação e estudos aprofundados de modo a possibilitar a qualificação destes espaços. A diversidade de concepções é proveniente de trajetórias de construção social, cultural e histórica. No entanto, a EI traz em sua totalidade um histórico de transformações que foram ocorrendo nas concepções sociais.

Se, ao refletir quem é a criança, ou quais as suas capacidades de fazer, comparando-a com o adulto, olhá-la a partir do lugar do adulto e não do lugar da criança, muitas vezes, acaba-se a definindo por suas incapacidades. Ao contrário, se olharmos a partir da própria criança e daquilo que ela é capaz de fazer, ela será definida como um ser de múltiplas possibilidades (MELLO, 2000).

Percebe-se na Política Nacional e Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2006) o enfoque da criança no processo educativo e, esta, é tida como possuidora de direitos, um sujeito histórico-social, produtor de cultura, ou seja, um sujeito capaz de intervir sobre o mundo ativamente desde a muito cedo e contribuir para o planejamento curricular e institucional. Isso possibilita entender a criança como um sujeito presente, ativo, e muitas vezes, idealizado.

Sendo assim, a concepção de criança tem vínculo imediato com a prática pedagógica do professor, em vista de que a aprendizagem é um processo indispensável para a apropriação das competências humanas, pois estimula o desenvolvimento. Através dela, podemos tornar visível uma exclusiva imagem da criança. Diferente dos entendimentos predominantes na prática pedagógica convencional, que a vê como indiferente e incapaz, à mercê de um desenvolvimento universal e biologicamente determinado em que o preenchimento depende do conhecimento dos adultos.

Conceber a criança como ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto (KRAMER, 1982, p. 79).

No entanto, a criança é um sujeito histórico, que está vivendo num tempo, numa classe social e num contexto social, ou seja, ela não pode ser ponderada como uma cidadã que virá a ser futuramente,

mas sim que está vivendo e construindo a sua história hoje. O lugar da criança é social, e ela tem uma ação política a desempenhar na escola, na vida, no mundo, um lugar que a legitime enquanto sujeito que está em construção, independente de sua classe econômica, cor, etnia, raça, mas seus direitos precisam estar assegurados.

Kuhlmann e Fernandes (2004) diferenciam criança e infância da seguinte forma: infância refere-se a um período da vida humana, enquanto criança trata-se de uma "realidade psicobiológica" do sujeito. Neste sentido, a escola tem uma função primordial, de oportunizar as crianças a vivência da infância nestes espaços, pois é na escola de EI que elas estão a maior parte de seu tempo. É claro que dentro de nossas escolas não há sujeitos homogêneos, nos deparamos com diferentes crianças e com infâncias desiguais e nenhuma é igual a outra.

A infância é a interação da criança com o mundo real, pois é a partir destas relações estabelecidas que influenciam seu desenvolvimento. A criança é reconhecida como um sujeito de direitos, que necessita ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, caracterizando um atendimento integrado que se estabelece na EI.

Assim, a concepção da criança como um ser individual e único, com particularidades diferenciadas da dos adultos, portadora de direitos e deveres enquanto cidadã é o que vai provocar as maiores mudanças e transformações na EI. Sendo assim, compreender, conhecer ou reconhecer o sujeito particular das crianças de estar e fazer parte deste mundo é o desafio da EI e de seus profissionais, mas é preciso encarar este desafio e buscar o aprofundamento de estudos e pesquisas, além da observação constante dos sujeitos que estão inseridos nas instituições, de modo que viemos a conhecê-las para que possamos construir propostas de educação que tenham efeito e resultados satisfatórios.

A EI tem sido pauta de amplas discussões, defendida por legislações que tem se preocupado com as questões acerca da infância e a constituição de um sujeito cidadão em todos os seus aspectos. Ela tem conquistado seu espaço de valorização, respeitada como elemento construtor das aprendizagens iniciais do sujeito através das experiências vividas no espaço escolar. As DCNEI afirmam que a escola de EI tem o papel de educar:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009, p. 20).

Pensando nisso, nas novas abordagens proporcionadas pelas políticas e pelas novas concepções dadas à EI, os profissionais têm a responsabilidade de comprometer-se com os direitos da criança, especialmente a ser respeitada como ser humano social que ela é, além de promover o seu desenvolvimento em todos os seus sentidos. Segundo Paniagua (2007, p. 11):

A educação infantil deve proporcionar experiências e interações com o mundo social e físico, de forma ajustados de acordo com as suas idades, seguindo princípios pedagógicos, quando isso não ocorre às experiências educativas não são interessantes, criando dificuldades aos alunos, e, assim, não obter deles a potencialidade que possuem.

Neste sentido, pode-se considerar a educação infantil como uma fase imprescindível na vida do sujeito. Cabe à instituição escolar, favorecer o desenvolvimento das habilidades da criança a partir dos conhecimentos já adquiridos por ela. Bem como, criar as condições necessárias para que se tornem autônomas contextualizando o cuidar e o educar.
O estudo sobre a infância sempre é desafiador, especialmente porque por longos anos da história da humanidade, essa fase era considerada pouco relevante. Assim, um dos principais objetivos deste estudo foi compreender as concepções que perpassam o contexto da EI analisando suas influências no processo de desenvolvimento das crianças, superando a compreensão apenas assistencialista. Avaliamos que, em grande parte, esse conceito se modificou e, atualmente, centra-se em uma concepção de criança idealizada como um ser social, histórico, integrante de uma sociedade e inserida em uma cultura. Sendo assim, é necessário garantir, desde os seus primeiros anos, aprendizagem e desenvolvimento.
Os resultados revelaram que o acompanhamento desse processo é indispensável no dia-a-dia das instituições, com a finalidade de melhor delinear os objetivos esperados nas distintas etapas do processo de ensino e aprendizagem. Deste modo, é fundamental efetivar uma prática pedagógica que se comprometa com o seu acompanhamento do desenvolvimento.
Percebemos que é necessário dar continuidade, continuamente, à reflexão sobre a formação de professores e à prática docente de modo a capacitar os profissionais que atuam diariamente com as crianças nestes espaços. Desta maneira, é possível seguir com avanços significativos que favoreçam o trabalho dos profissionais e, consequentemente, o atendimento às crianças.
É através de um trabalho contínuo e com a participação de todos os envolvidos na escola, na família, na comunidade, nos órgãos públicos e na sociedade em geral, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento das crianças, que podemos qualificar e promover nas escolas de EI, tanto públicas como as privadas, a emancipação da educação.

Palavras-chave: Educação Infantil – Infância – Criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. PARECER CNE/CEB Nº: 20/2009. Brasília. DF. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

FRANCO, Márcia. Compreendendo a infância: como condição de criança. Porto Alegre: Mediação, 2002.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achoamé, 1982.

KUHLMANN, Jr. Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) A infância e sua educação: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELLO, S.A. et.al. Concepção de infância e democracia na escola da infância: a experiência de Reggio-Emilia. In: Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP- Campus de Marília, v. 9, n. 2, 2000.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesus. Educação infantil: resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007.